

# **Processo Seletivo para Estágio Remunerado da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Universidade Federal da Paraíba**

**Edital nº 01/2017/CPPRAD/GR/UFPB**

- Esta prova contém 20 questões objetivas com uma única resposta.
- Não será permitido, durante a realização da prova, o uso de aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod®, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha; quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
- Será permitido, durante a realização da prova, qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), desde que esteja em material transparente.

## LEGISLAÇÃO APLICADA AOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

1) O art.117, lei 8.112/90 estabelece as condutas vedadas aos servidores públicos federais. Dentre as alternativas abaixo, apenas uma não está prevista expressamente no artigo mencionado, assinale-a.

- a) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- b) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado e proceder de forma desidiosa.
- c) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- d) exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
- e) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

2) Sobre penalidades do processo administrativo disciplinar, julgue os itens que seguem abaixo:

I - São penalidades disciplinares: advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.

II - A advertência será aplicada por escrito, dentre outros casos, para o servidor que opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, e àquele que ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

III - A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

IV - Abandono de cargo; acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; proceder de forma desidiosa e inassiduidade habitual são exemplos de condutas que, se praticadas por servidor, ensejam a sua demissão.

São verdadeiras:

- a) Apenas II e IV
- b) Apenas I e III
- c) Apenas I, II e III
- d) Apenas I e IV
- e) Todas são verdadeiras

3) Algumas condutas, se praticadas pelo servidor ensejam a penalidade de demissão, ou a destituição de cargo em comissão, implicando a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível. Dentre essas condutas, assinale a que não encerra a aplicação da penalidade de demissão.

- a) improbidade administrativa;
- b) utilizar recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- c) aplicação irregular de dinheiros públicos;
- d) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- e) corrupção;

4) Analise as proposições que seguem e assinale a única CORRETA.

I) A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por ter o servidor valido-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

II) Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por crime contra a administração pública; improbidade administrativa; aplicação irregular de dinheiros públicos; lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; e corrupção;

III) O início da contagem do prazo prescricional é a data em que o fato se tornou conhecido. A lei 8112/90, no art.142, estabelece os seguintes prazos: 5 (cinco) anos, para infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão; 3 (três) anos, para a suspensão; e 180 (cento e oitenta) dias, para a advertência.

IV) A abertura de sindicância punitiva ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente, momento este que marca o início da cessação da interrupção prescricional.

- a) VVFFV
- b) FVFFV
- c) VVFF
- d) VVVV
- e) FFVV

5) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, assim, julgue os itens abaixo:

I) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, sendo inadmitida a sua prorrogação.

II) Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, através do termo de indiciamento, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas. O indiciado será citado para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, havendo dois ou mais indiciados, o prazo será 20 (vinte) dias para cada indiciado.

III) Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa. Nesse caso, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

IV) O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo. O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.

- a) FFVF
- b) FVFF
- c) VFVV
- d) FFFV
- e) VVVF

6) A lei nº 9.784/99 estabelece normas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta. A partir da leitura atenta dos dispositivos desta lei, cominados com as disposições sobre processo administrativo disciplinar previstas na lei 8112/90, marque a única alternativa ERRADA:

a) O artigo 143 da lei 8.112/90 estabelece que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. Nesse sentido, considera-se autoridade o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

b) O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como requerer carga dos autos e aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

c) Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento. Se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal, prorroga-se até o primeiro dia útil subsequente.

d) Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

e) O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e

pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo. Nesse caso, cabe a ele a prova dos fatos que tenha alegado e, encerrada a instrução terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

7) Os artigos 3º e 4º da lei nº 9.784/99 estabelecem, respectivamente os direitos e deveres do administrado. A partir dessa informação e da compreensão dos incisos, julgue os itens abaixo:

I) É direito do administrado ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, bem como ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

II) formular alegações e apresentar provas, antes e depois do término da instrução, instruídas, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

III) São deveres do administrado: expor os fatos conforme a verdade; proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; não agir de modo temerário; e prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

- a) I e II estão erradas
- b) I e III estão erradas
- c) I, II e III estão corretas
- d) II e III estão corretas
- e) Apenas II está errada

8) Improbidade Administrativa é um ato ilegal qualificado pela desonestidade do agente público que age com dolo, malícia ou culpa grave, resultando enriquecimento ilícito próprio ou alheio (art. 9º . da Lei 8.429 /92), prejuízo ao Erário (art. 10 da lei 8.429 /92) ou a infringência aos princípios nucleares da Administração Pública (arts. 37 da Constituição e 11 da Lei 8.429 /92). Nesse sentido, julgue os itens que seguem:

I) Segundo o STJ, a má-fé, consoante cediço, é premissa do ato ilegal e ímprobo e a ilegalidade só adquire o status de improbidade quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública coadjuvados pela má-intenção do administrador. Assim, o elemento subjetivo é essencial à caracterização da improbidade administrativa.

II) Segundo a lei de Improbidade (lei nº 8.429/92), ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

III) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade. Nesse caso, o Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

IV) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

- a) FVFFV
- b) VVVVV
- c) FFVV
- d) FFFV
- e) VVVF

9) O art1º da lei 8.429 /92 apregoa quais entidades atos de improbidade praticados por agente público poderá ser punido conforme essa lei, são elas: administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de

vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade, exceto:

- a) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;
- b) negar publicidade aos atos oficiais;
- c) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da lei 8.429 /92, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;
- d) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da lei 8.429 /92;
- e) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da lei 8.429 /92;

10) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º da lei 8.429 /92. Com base nesse entendimento, analise as proposições abaixo e assinale a única que não se enquadra nesse contexto:

- a) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;

- b) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;
- c) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência
- d) permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- e) celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei;

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – MANUAL CGU/PAD**

11) Sobre os procedimentos investigativos, de acordo com o Manual de Processo Administrativo Disciplinar/CGU, marque a assertiva correta:

- a) São procedimentos que podem dar ensejo à aplicação de penalidades disciplinares.
- b) Possuem a capacidade de interromper o transcurso do prazo legalmente concedido ao Estado para aplicação de penalidades administrativas.
- c) Estão dispensados da observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
- d) Não são aptos a comprovar que a autoridade cumpriu com o dever legal de apurar a suposta irregularidade que tenha chegado ao seu conhecimento.
- e) A Administração Pública está obrigada a adotá-los antes de instaurar a seara disciplinar propriamente dita.

12) Analise as proposições a seguir sobre sindicância acusatória, em consonância com o

Manual de Processo Administrativo Disciplinar/CGU:

- I) A legalidade do processo disciplinar independe da validade da investigação efetuada por meio da sindicância da qual adveio aquele apuratório.
- II) Em relação ao julgamento do processo, a autoridade terá o prazo de 20 (vinte) dias, contado do recebimento dos autos, para proferir decisão final sobre o feito.
- III) Quanto à interrupção do prazo prescricional na sindicância acusatória, o fluxo prescricional será retomado após até 80 dias (até 30 dias do prazo inicial + até 30 dias do prazo de prorrogação + 20 dias do prazo de julgamento).

Estão corretas apenas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) Todas as alternativas.
- e) Nenhuma das alternativas.

13) Sobre a contagem de prazo da conclusão dos trabalhos da Comissão Processante no Processo Administrativo Disciplinar, sob o Rito Ordinário, de acordo com o Manual de Processo Administrativo Disciplinar/CGU:

- a) Conforme o Novo Código de Processo Civil, na contagem de prazo é computado apenas os dias úteis.
- b) O início da contagem de prazo é feito a partir da data de emissão da portaria.
- c) Caso o prazo final incida em dia não útil, ele é automaticamente prorrogado até o próximo dia útil.
- d) É possível que um Processo Administrativo Disciplinar, com portaria de instauração com prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos, tenha sua portaria de prorrogação prevista para conclusão em 45 dias, em virtude de a determinação da quantidade de

dias para conclusão ser ato discricionário da Autoridade Instauradora.

- e) O fim do prazo legal conferido à Comissão Processante significa o perdimento do poder disciplinar.
- 14) A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sob o Rito Ordinário, é formada por:
- a) 02 servidores, independente de estabilidade.
  - b) 03 servidores, independente de estabilidade.
  - c) 02 servidores estáveis,
  - d) 03 servidores estáveis.
  - e) 04 servidores estáveis.
- 15) As transgressões disciplinares que permitem a instauração de Processo Administrativo Disciplinar sob o Rito Sumário são apenas:
- a) Inassiduidade habitual e acumulação ilícita de cargos.
  - b) Abandono de cargo e inassiduidade habitual.
  - c) Acumulação ilícita de cargos e abandono de cargo.
  - d) Acumulação ilícita de cargos.
  - e) Abandono de cargo, inassiduidade habitual e acumulação ilícita de cargos.
- 16) Sobre o Processo Administrativo Disciplinar, sob o rito sumário, pode-se afirmar:
- a) A comissão processante é formada por 02 servidores, com prazo total de apuração de até 30 dias, prorrogável por mais 15 dias.
  - b) A comissão processante é formada por 03 servidores, com prazo total de apuração de até 30 dias, prorrogável por mais 15 dias.
  - c) A comissão processante é formada por 02 servidores, com prazo total de apuração de até 30 dias, prorrogável por mais 30 dias.

- d) A comissão processante é formada por 03 servidores, com prazo total de apuração de até 30 dias, prorrogável por mais 30 dias.
- e) A comissão processante é formada por 02 servidores, com prazo total de apuração de até 15 dias, prorrogável por mais 15 dias.
- 17) Sobre a prescrição para apuração de irregularidade, pode-se afirmar:
- a) A ciência da irregularidade por qualquer servidor é apta a iniciar a contagem do prazo prescricional.
- b) Muitas vezes, a irregularidade praticada encontra-se materializada em um documento padrão que tramita por diversos setores da repartição. Assim, a mera ciência dos dirigentes (diretores, presidentes do órgão, etc.) quanto à existência do documento é suficiente para deflagrar o lapso prescricional.
- c) A inércia da Administração somente é suscetível de se configurar em tendo conhecimento da falta disciplinar a autoridade administrativa competente para instaurar o processo.
- d) Notícia acerca de supostas irregularidades, divulgada na imprensa de âmbito nacional, não faz presumir o conhecimento de todos na data da sua divulgação.
- e) Não há competência concorrente entre a Controladoria Geral da União e a autoridade competente no órgão para apurar irregularidade, razão pela qual a ciência apta a iniciar contagem do prazo prescricional é apenas da última.
- 18) Ainda sobre prescrição, marque a alternativa INCORRETA:
- a) Ainda que a análise quanto ao cabimento do processo disciplinar se desse após o vencimento do prazo de prescrição e, portanto, já extinta a punibilidade, a Administração poderá decidir pela instauração e apuração das supostas irregularidades.
- b) Se o procedimento instaurado tiver natureza acusatória – com a consequente oportunidade ao servidor que cometeu o ilícito de se defender nos autos – pode-se afirmar que ocorre a interrupção do fluxo do prazo prescricional.
- c) Sindicâncias meramente investigativas, também chamadas de sindicâncias inquisitoriais, não são capazes de interromper o andamento do prazo de prescrição.
- d) A interrupção deve estender seus efeitos apenas durante o prazo da portaria inaugural, somados aos dias da prorrogação do apuratório e mais 10 dias para o julgamento, tudo em perfeita sintonia com a Lei nº 8.112/90.
- e) Em regra, o prazo prescricional no Direito Disciplinar não se suspende, exceto por expressa decisão do Poder Judiciário.
- 19) Sobre nulidades nos processos disciplinares, marque a alternativa correta:
- a) As anulabilidades não permitem saneamento.
- b) Caso a nulidade ocorra em uma prova relevante para a formação da convicção da Comissão, a autoridade competente deverá declarar nulos, a referida prova e todos os atos praticados posteriormente, salvo se as demais provas produzidas após a prova nula não tiverem sofrido contaminação decorrente da prova nula, hipótese em que poderão ser mantidas.
- c) Nulidade ocorrida em processo de sindicância, afeta a validade do processo administrativo disciplinar que a sucedeu.
- d) A declaração de nulidade não pode recair somente sobre o julgamento.
- e) A nulidade pode beneficiar quem lhe deu causa.
- 20) São nulidades absolutas:
- a) Abertura de processo por autoridade hierárquica totalmente incompetente e

comissão integrada por servidores não estáveis.

- b) Falta de defesa escrita e suspeição da autoridade instauradora do processo.
- c) Existência originária ou superveniente de impedimentos funcionais em desfavor de qualquer um dos membros da comissão e ausência de identidade entre os fatos constantes do indiciamento e do ato decisório.
- d) Julgamento divergente das conclusões contidas no relatório final da comissão sem motivação no ato decisório e tomada de providências que tenham sido deliberadas sem a respectiva ata.
- e) Notificação ou citação por edital de indiciado que tenha endereço certo e julgamento fora do prazo legal.